

A B E L V I A N A

Da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto Português
de Arqueologia, História e Etnografia

A C O M E M O R A Ç Ã O
D O S
C E N T E N Á R I O S
E O S C A S T E L O S
A L G A R V I O S



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA» DE
GASPAR PINTO DE SOUSA
& IRMÃO, VILA NOVA DE
FAMALICÃO — 1939



Casa da Cultura António Bentes

S. Brás de Alportel

Biblioteca

Livro n.º 613 2-3 Cota n.º 4-2

3-4

ABEL VIANA

Da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto Português
de Arqueologia, História e Etnografia



A COMEMORAÇÃO
DOS
CENTENÁRIOS
E OS CASTELOS
ALGARVIOS



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA» DE
GASPAR PINTO DE SOUSA
& IRMÃO, VILA NOVA DE
FAMALICÃO — 1939

DO AUTOR:

- A Estação Asturiense de Areosa — Viana do Castelo (Separata de *Portucale*, vol. II). Pôrto, 1929.
- Vocabulário Minhoto (Subsídios). Esposende, 1930.
- Estações paleolíticas do Alto Minho (Separata de *Portucale*, vol. III). Pôrto, 1930.
- Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho. Viana do Castelo, 1930.
- Notas etnográficas; Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho; Carta pre e proto-histórica do Distrito de Viana do Castelo (Separata do *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*). Viana do Castelo, 1932.
- Linguagem popular do Alto Minho. Viana do Castelo, 1932.
- O Rancho de Carreço e seus bailados tradicionais (Separata do *Arquivo de Viana do Castelo*). Viana do Castelo, 1937.
- Achados arqueológicos no Monte de Santo António, Afife, Viana do Castelo (Separata do vol. III dos *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*). Lisboa, 1938.

Para crianças:

- Meninos que vão à escola. Pôrto, 1931.

Ao Dr. Mário Lyster Franco:

Acham-se aqui reünidos os artigos que, a respeito dos castelos algarvios, publiquei no semanário farense, O Algarve, desde o n.º 1.610, de 5 de Fevereiro, ao n.º 1.620, de 16 de Abril de 1939.

Dedicando a Mário Lyster Franco este singelo opúsculo, desejo, com o público testemunho da minha gratidão ao bom Amigo, preitear o algarvio ilustre, entusiástico propagandista e infatigável propugnador desta prometedora, histórica e formosa Província.

Faro, 1.º de Maio de 1939.

Abel Viana.

A Comemoração dos Centenários e os castelos algarvios

Das mais curiosas, se bem que entre as secundárias, conseqüências da conquista do Reino do Algarve, realizada nos tempos de Sancho II e Afonso III, conta-se, a par do título oficial dos soberanos portugueses, que desde logo começaram a chamar-se reis de Portugal e do Algarve de aquê-Mar, a inclusão dos castelos algarvios nesse expressivo símbolo de esclarecida mentalidade e de heroísmo inconcebível que é o brasão nacional português.

Nesta circunstância devem, pois, beber farto estímulo do orgulho regionalista as gentes do Algarve, não obstante inúmeros factos com que, ao depois, no longo curso da História Pátria, por vários modos, o «Algarve de aquê-Mar» muiíssimo se ilustrou. Ficaram, e para sempre, estampadas no mais alto símbolo da Nação a memória e a valia d'esses fortes castelos, cujas pedras haviam de formar o majestoso pórtico de onde a expansão portuguesa partiu, «para dar mundos novos ao mundo»!

Mas, além destas ocorrências de ordem puramente histórica, muito de prezar não só por algarvios mas também pelos restantes portugueses, outra razão, de origem moderna, ou seja, com vista a interêsses económicos presentes e a conveniências da actual mentalidade dos povos, deveria determinar os mais amplos e carinhosos cuidados, a respeito do que ainda resta d'esses venerandos padrões do passado.

Não sei se meus olhos, mais afeitos a repousar na contemplação das significativas relíquias legadas por nossos gloriosos ascendentes, e no que de mo-

derno, por aí, com bom gosto e bom senso, às vezes se vai fazendo, não sei se meus olhos se enganam, em padecença de redonda miopia, quando, obstinados, cegam, diante das monstruosidades, das ratices e outras malfetorias com que a diarreia de «cimento armado» — não raro paga pelo erário nacional e nacionalista — lança na face do País a máscara ridícula da torpíssima estupidez internacional.

Não sei se o enganado sou eu, porquanto considero, se não mais útil pelo menos mais urgente e oportuno, como primeira preocupação de quem dirige o patrimônio nacional, a conservação dos monumentos do passado, ainda os modestos, que a construção urgente de mais avenidecas, sempre iguais em tôda a parte ou sempre mesquinhas no confronto com o que de parecido se vê por todo o mundo, de mais edifícios estilo «pilha de caixotes de sabão», de retretes subterrâneas, de alfobres de «nabos luminosos» e outros «achados» da hodierna fancaria artística, muito chata de vãos e imensamente demolidora das naturais fronteiras que delimitam os povos.

Dêstes últimos monumentos, podem-se mandar fazer a tôda a hora e encontram-se em qualquer parte. E, demais, ninguém que viaje para ver coisas «novas» e «únicas» — e dando alimento a quanto vive do «turismo» — voltará a fim de repelir o percurso, ou o recomendará a outrem, sômente para admirar ruas e casas como quaisquer outras, e andar alumiado a «nabos» como em qualquer parte, e a mictar, por cinco tostões cada vez, no subsolo das terras que visite — operação que em sua própria casa poderá fazer mais barato e sossegadamente.

Segundo o meu critério, possivelmente errado, o culminante, no problema do excursionismo nacional, está na existência de boas vias de comunicação, na conservação e construção de coisas «novas» e «únicas» que se imponham ao espírito do viajante,

na boa cama e boa mesa, e na poda formal das unhas aduncas que possam identificar o «turismo» com aquilo a que alguém já chamou «turismo nacional».

Isto decerto não poderá ser vantajosamente suprido por subida a «miradouro» de onde o viajante contemple o interior de quintais como o seu e os de seus vizinhos — talvez as mesmas cordas suspendendo idênticas fraldas, e os mesmos vasos que, depois de rotos, alguns applicam na floricultura caseira.

Nas coisas «novas» e «únicas» que o Algarve pode e deve apresentar a quem viaja movido pelo desejo de ver o que digno de ver-se ainda não viu, occuparão eminente lugar os castelos algarvios, miradouros de esplendurosos panoramas, sôbre a terra, sôbre o mar e sôbre a História Nacional, em que não há triste mescla de monturos e denúncias do pulguedo de cada um. Tal quilate possui o que ainda resta dos maltratados castelos algarvios — gloriosos figurantes no Escudo Nacional. Não só êsses — que ao certo se não sabem — mas também outros, mais ou menos derruídos mas infinitamente merecedores de carinhoso trato: o de Aljezur, o de Castro-Marim, o de Alcoutim, o de Paderne, o de Silves, todos estes relativamente conservados; os de Loulé, Salir, Tavira e Faro, com restos dignos de melhor aproveitamento; a fortaleza do Belixe, as tôrres e panos de muralha de Cacela, Alvor e Quarteira e alguns fortins mais recentes, como os de Meia Praia, Quarteira e Tavira; — tudo isto, por menos custo que o de um cais, para o qual haja de se mandar fazer nas Caldas da Rainha barcos que lhe atraquem, e outros melhoramentos que tanto mais «melhorados» ficarão quanto mais tarde se effectivarem, tudo isto podia constituir, além de formosa homenagem a nossos respeitáveis ascendentes, coisa «única» e «valiosa», capaz de ser procurada pelos viajeros do mundo, desde o vulgar calcurria-

dor de terras aos mais exigentes buscadores de inéditos cenários. ¿Por que motivo, no grandioso plano da próxima celebração dos centenários da Fundação e da Restauração, nesta Província, não há-de haver capítulo respeitante à consolidação, restauro e «beneficiação turística» dos venerandos e representativos castelos do Algarve?

Emquanto deixo para outro arrazoado citações de pormenor (porque a êste assunto hei-de tornar), apresento a idea, livre de segundas intenções ou de registo do invento, à ponderação das autoridades administrativas do distrito, às instituições culturais que a representam, à «Casa do Algarve», a todos os filhos desta província, por qualquer forma ilustres e preponderantes.

Nacionalismo e «turismo» requerem inteligência e suma devoção.

O Nacionalismo tem regras que não admitem mentiras; o turismo exige factos a que se não pode faltar.

* * *

Começarei pelo castelo de Aljezur.

Pode considerar-se relativamente intacto.

Algum trabalho de reconstituição demandaria uma bagatela em dinheiro: reposição de algumas pedras da muralha e das fôrres, limpeza da cisterna (actualmente, retrete subterrânea de novo modelo); arranjo da entrada e colocação de uma porta, uma boa porta cuja chave seria confiada à Câmara Municipal.

Vim para o Algarve em Abril de 1933.

Semanas depois, era-me dado o inesquecível prazer de contemplar o belo panorama que do alto do castelo de Aljezur se desfruta: ao nascente, as férteis veigas, que dão pão duas vezes no ano, servindo-lhes de fundo a massa imponente da Serra de Monchique; ao poente o serpejante vale da ribeira, em cujas águas

marginadas de lírios bravos emerge o reticulado verde-claro de arrozais, com filas de homens e mulheres, corpos curvados e pernas ao léu, nos trabalhos da monda, cegonhas planando altíssimo — pormenor do Extremo Oriente, incrustado no mixto singular de paisagem alentejano-algarvia!

Quando o viajante, inteligentemente atento, vindo pela estrada litoral do Alentejo, por Odeceixe, chega adiante do Rogil, ao elevado desembocamento do vale, logo lhe dá nas vistas o elegantíssimo perfil do castelo, tam dominador e nitidamente recortado no azul do céu como saliente pode ser em papel branco delicada estilização heráldica.

É um primeiro brado do Algarve histórico, do Algarve heróico!

Pois, em uma segunda visita que lhe fiz, no mesmo ano de 1933, já uma grave mutilação haviam perpetrado, na entrada, à direita, não se sabe se por um vulgar aproveitador de pedras se por maniaco buscador de tesouros.

Formoso castelo de Aljezur! Ascensão obrigada do excursionista de bom gosto! É digno de melhor sorte!

• * •

Alguém há que, indo a Castro-Marim, possa dispensar uma subida ao castelo?

A bem dizer, existe ali alguma coisa mais que justifique uma ida a Castro-Marim?

Castro-Marim, largamente evocada, em tantíssimas páginas da História Nacional, base naval de Afonso V e João II, chave temporária do Estreito e padrao da costa marroquina, escudo do litoral metropolitano, é hoje uma vila pobre, a causar espanto a quem a conhece preeminente e ennobrecida nos fastos nacionais e a vê, agora, tam humilde e apagada.

Possue o vetusto castelo.

Daí se domina comprido traço do Guadiana, o alvo casario de Ayamonte e, por nossa terra dentro, são tudo escalões de colinas, a seguir à planície, divisando-se, em dias claros, o elevado término do Alportel, o que significa dizer que se avista quasi metade da «baixa algarvia». As salinas, o Azinhal espreitando, muito além, na crista dos cêrros, o farol de Vila Real lançando ao longe sua altiva mirada, os produtivos campos de Cacela, e, ainda mais distante, o vulto majestoso do Cêrro de S. Miguel — o famoso Monte do Figo, personagem grada na consideração de Estrabão e Avieno, pormenor de principal relêvo nos escritos de historiadores gregos e romanos da antiguidade...

Um deslumbramento!

E', dos castelos do Algarve, o mais conservado e o mais protegido. E' fechado, tem guarda. Mas o ervaçal que cresce lá dentro, santo Deus! Há montes de pedregulho, galinhame à solta, apriscos de cabras, brenhas de urtigas, lixo e estrumes, mais ou menos, ou até muito mais, por tôda a parte!

A cisterna podia ser limpa, tôda a cêrca devia ser limpa; das ruínas da capela dos freires podia fazer-se qualquer coisa de jeito, assim como de outras dependências.

• • •

Anda nas páginas de mil escritores o encarecimento do castelo de Silves. E' em prosa, é em verso, é em história, é em novela — «Chelb» para aqui, «pêrola do Chenchir» para acolá — mas os ruivos torreões do castelo de Silves e os da cêrca da cidade em que o agareno recebeu o último golpe em seu domínio no Algarve, reliquias imponentes que salpicam de surpreendente inédito, impressionantemente evocador, o panorama da cidade, andam tratados

como se fôra entulho ainda não removido, por causa do seu muito pêso!

Isto é pura verdade.

Se assim não o entendam, venha a contradita, mas expliquem o modo por que se há-de tomar como veneração e cuidado o consentimento de escavações na base exterior das tôrres, o estúpido hortejo mantido no âmbito do famoso alcácer, o lixo, a montureira (sempre o lixo!) generalizada a todos os recantos, e — censura permanente de todos os visitantes! — aquêles sombrios ergástulos que as justiças de hoje instalaram nas tôrres onde mulheres e homens, e até crianças, bandidos e simples delinquentes, raspam os ouvidos e a alma do turista, com sua plangente lamúria, que sem dúvida não são carmes do Al-Motamid . . .

Tal impressão de miséria basta para lançar por terra quanta poesia incensada para ali assoprem pro-santes e versejadores.

Contraste confrangedor! Entra-se no castelo de Silves com os ouvidos cheios do que para aí anda escrito, com o espírito em sublimada suspensão, na expectativa das cavalgadas de Sancho e de Afonso III, das auriflamantes naves dos cruzados, do etéreo vulto de moiras encantadas, e dá-se de cara com aquilo: faces patibulares, mãos estendidas à esmola, forçadas a fêrias do manejo da faca e da gazua!

E como em Castro-Marim, o lixo, o lixo, o excremento de cabra e de galinha!

Inundaram a majestosa cisterna. No grave problema aquático, a Silves de hoje parece não ter achado outra solução senão calçando o sapato do árabe!

Os curiosíssimos «silos», entupidos, mal estudados, são apontados como tenebrosos mistérios, quais pavorosas portas do inferno, e não como «provas» do passado que povo civilizado e culto, por obrigação, tem de conservar e mostrar.

Há ainda o poço . . .

Os «cicerones» silvenses costumam proporcionar aos visitantes do castelo, ao cabo de um *cross-country* através obstáculos de urtigas, estrumes e montes de cascalho, o prazer de lançarem um calhau ao poço para que, notado o tempo da queda, um «ah!» ultra-admirativo remate a experiência parva!

Muito naturalmente fêz o vèlho moiro aquilo . . . talvez no intuito de intrigar os actuais, civilizados e estupefactos lançadores de pedras . . .

Pude efectuar a minha primeira visita ao castelo de Silves em 1933. Pouco depois, no comêço do ano seguinte, encontrei, entre a cisterna e o pano setentrional da muralha, larga e profunda escavação, que interessa a solidez do muro.

Sei que foi um qualquer quem o fêz, porque, em parvalhices espíritas, teve noticia de ali achar-se um tesoiro escondido . . . As autoridades locais fecharam os olhos, e o mal alumniado prospector cavou à vontade. Verifiquei o arranque de pedras pertencentes à sapata da muralha . . . Notei, até, que os blocos do chamado «grès de Silves», arrancados da profundidade em que há séculos foram metidos, expostos ao ar livre ràpidamente se alteravam e tendiam à pulverização.

Em 1937, ainda os enormes buracos estavam abertos. E' de calcular o dano que êles farão à segurança da muralha, pela exposição ao ar e devido ao ajuntamento de águas pluviais em seus fundamentos. Foi o único tesoiro encontrado!

Francamente, deixemo-nos de versos e prosas, de «Chelb» e de «pérola do Chenchir»; deixem dormir o Al-Motamid em seu ignorado sepulcro; limpem o sítio, levem a cadeia para outro lugar, protejam o poço e as muralhas, esvaziem a cisterna, escorracem as galinhas e as cabras do carcereiro, substituam as favas, todo o miserável hortejo actual por um peque-

nino parque de cactos e roseiras — alguma laranjeira a perpetuar a fama dos decantados laranjais, e a indispensável amendoeira, a simbolizar a encantadora lenda: ‘Era uma vez uma princesa do Norte, que sentia saudades da neve . . . e o árabe, solícito cônjuge, que a-pesar-de ter uma bela colecção de espôsas não quis socorrer-se da lei do divórcio, para se livrar de impertinências domésticas, mandou plantar amendoeiras . . . as quais amendoeiras, também seguindo o sistema árabe, logo floriram de encomenda, para matar as saudades da princesa . . . etc. e tal . . .’ — e, feita a arrumação e ao cabo da limpeza, mostrem ao turista a fera indumentária do bravo cruzado e o vulto gracioso das moiras encantadas. Que depois de tudo limpo e asseado não será impossível conseguir que elas ponham ali seus mimosos pèzinhos . . .

Por enquanto, o que por ali há são patas, ferradíssimas patas.

Este é o meu depoimento, muito sincero e sentido.

Será prático à exploração do ‘turismo’ andarmos a fazer versos e prosas uns aos outros, sôbre aquilo de que não há senão memória e sujas ruínas?

O ‘turista’ não traz sômente estômago pronto a digerir vagas recordações históricas e ingênuas patranhas; quer ver, ao menos, o vestígio material da cena em que elas são postas. São os castelos algarvios palco de venerandas tradições e testemunho de precioso passado; formam conjunto de monumentos mais ou menos imponentes, para mostrar ao ‘turista’.

Porque se não há-de, no ano em que vão ser comemorados os centenários da Fundação e da Restauração, olhar por êles, como se deve e como convém?

* * *

Se é certo que o acesso ao castelo de Paderne actualmente é bastante difícil, não faltaria viajante

mais descansado, dêstes que já se aborreceram das vertiginosas excursões hoje em moda, ou que nunca se sujeitaram a essas incômodas e pouco menos que inúteis correrias através do País — intérmino rolar por estradas, a 90 à hora, com paragens a-fim-de se comer algumas vezes bem e quâsi sempre dormir mal —; não faltaria excursionista fugido às «levas» que se comprimem nas caminhetas, devidamente elucidado, capaz de percorrer o longo e belo caminho rústico que de Paderne vai ao seu vetustissimo castelo.

Ao menos, teria o preito de alguns não-amadores da velocidade, desde que o restauro e o inteligente embelezamento dessa típica fortificação muçulmana os convidassem a calma e agradável caminhada.

O caminho, efectivamente, é cheio de pitoresco digno de ser gozado, pois em suas numerosas particularidades forma um quadro, ou resumo, dos aspectos panorâmicos da sub-serra algarvia.

Depois, o sítio onde pousam as sugestivas ruínas mais parece retalho florestal do umbroso Minho propositadamente metido, por audacioso assômo de bom gosto, na alacridade da zona circundante.

Rodeando a base do abrupto cêrro, em fundo vale, passa a Ribeira de Paderne, ora saltitante, como que murmurando versos que aprendeu em Alte, ora como lago de jardim, límpido espelho que a libelinha risca em seu planar silencioso.

Mas há ali, ainda, uma coisa que deve surpreender sobretudo os visitantes nortenhos e os do centro do País, desconhecedores dêste fenómeno hidrográfico, por lá inexistente e muito freqüente aqui na orla meridional: vai a ribeira cachoando com jeito de que há-de ir longe quando, repentinamente, some-se no leito de cascalho, para reaparecer centos de metros adiante, farta, rumorosa, ressuscitada!

Isto e o mais são coisas de que o excursionista deve gostar. Dar-lhe sòmente ensejo a experimentar

as qualidades aerodinâmicas das viaturas automóveis, e o sabor das lagostas do afável José Luiz, de Sagres, e o das ameijoadas do mui perito Sota, aqui em Faro — aliás excelentíssimas umas e outras — cá me parece pouco...

Quanto a mim, em viagem de prazer físico e espiritual, como julgo devem ser ou pretenderão ser as organizadas pelas emprêsas «turisteiras», gostaria de haurir o ineditismo da terra algarvia, com basta absorção de amêijoas e lagostas, se o estômago, em aborrecida crise, me não obrigasse a penitência de papinhas de leite; mas reduzir a minha viagem de estudo e recreio às míseras proporções do penso melhorado e às doidas correrias por estradas... do que Deus me livrara!

Antes viajar «à roda do meu quarto» que sofrer as torturas dêsse desgraçado motorizado!...

Iá eu descambando em divagações. O meu assunto é outro: castelos. Torno a êle.

Não esqueçam, não deixem desaparecer do solo algarvio os muros do castelo de Paderne.



Mãos dadas, tradição popular e predilecção literária de prosadores e poetas, de preferência, localizam as moiras encantadas em Silves e em Salir.

O Norte só se lembra das moiras no fito de as pôr de guarda aos tesoiros encantados que o *Livro S. de Cipriano* manhosamente inventariou, para desespêro de idiotas e gravíssimo dano da arqueologia científica. Os moiros sim, êsses invocam-se a cada passo — na tradição popular, já se vê —, perante o que haja de mais antigo, de prodígio, inexplicável e misterioso. Não é admiração incondicional, mas simplesmente e invejoso pasmo.

A êles se atribuem as pontes que a admirável

engenharia do romano e do português medievo lançou vitoriosamente por cima de torrentes caudalosas, não sendo de estranhar que a eternidade das pontes sirva de expoente admirativo máximo, em terra que o céu copiosamente inunda de fartadelas de água.

No Algarve, os moiros foram definitivamente corridos pelos feros espatários do Paio Peres Correia; as moiras, graças a Deus, ficaram, e aí andam bailando perturbantes luminiscências nos lindos olhos das algarvias... e eu só tenho pêna de que o «turismo» não mobilize algumas e as ponha a servir à mesa das pensões e hotéis, em substituição de uns esquipáticos tipos, lûgubrememente encasacados, que nada têm de moiras, mas certo ar de mochos!

Antes as queria ver aí que nas repartições públicas...

Ora, como a Salir não chegaram ainda as «estrofes» architectónicas do cimento armado, as lendárias moiras do sítio, salvo as que se desgarram nas ruas do «povo», para encanto e consôlo platónico de quem lá vai, acolheram-se às ruínas do castelo.

Seria deselegante expulsá-las dali!

Com pouco dinheiro e o cuidado de uma população consciente da sua heróica história e de suas formosíssimas lendas, tornar-se-iam os restos do castelo de Salir — Castalar, Selir, dos papéis antigos — estimável monumento do Algarve histórico e preciosa isca do «turístico».

* * *

Fiz no verão de 1937 a minha última visita a Quarteira — a amantíssima praia da florescente Loulé. A época balnear abarrota de vida aquêlê vasto aldeamento de agricultores e homens do mar, no qual, a forte, e de exemplo digna, iniciativa louletana prossegue na traça de urbanização que muito me faz

lembrar o auspicioso início das praias da Póvoa de Varzim, da Vila do Conde, Granja, Espinho, etc., etc. Onde há amigos verdadeiros e apaixonados da sua terra, dispostos a trabalhos e sacrifícios sem conto, na consecução de propósitos inabaláveis, surdem milagres.

Loulé pode orgulhar-se de os ter em milagrosa abundância.

No dia em que esta praia, tam ridente e enramalhada em figueiras e vinhedos, tam cheiinha de vida marítima, se ligar, por boa estrada (eu ia quasi a dizer risonha esplanada!) para as bandas de Faro, com a Ilha, ou seja, com a praia natural dos farenenses, e para as de Albufeira com o fantástico poema dolomítico dos Olhos de Agua—única amostra do Tirol, no solo português, e talvez em tōda a Península!—, Quarteira será imensamente falada, como irresistível polo atractivo do «turista» de verão.

Não obstante os dons naturais que a ornam e o infatigável concurso de seus devotados propugnadores, que a impelem, e lho garantem, a um próspero futuro, não é bem que despreze seu ascendente histórico limitado à mísera póvoa de pescadores, da qual nos informa, em sua fiel *Corografia do Algarve*, o benemérito João Baptista da Silva Lopes.

Quarteira, Cartaia ou Carteia, de fundação romana, se não fenícia, como a querem alguns escritores, e assim o indiciam ruínas — colunas, mosaicos, celárias ou lanques de salga de peixe, restos de um dos muitos empórios da pesca e da conserva com que, desde as profundezas dos tempos até a actualidade, se esmalta a costa do Algarve —, não pode vir a ter como símbolo heráldico uma cabana de junça em campo de berbigões podres, com dois «charros do alto» em «chefe»!...

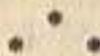
Da sua nobre defensão perdura unicamente uma tōrre, de curiosa trama, dominando, altaneira, o extenso areal.

Longe de sôbre-humano feito era demolirem os casebres que a rodeiam; melhor que o espantoso turbilhão de môscas que ao pé lhe zumbem, e que as montureiras que ao pé lhe fedem, se harmonizariam com ela total desafrontamento, boa subida, belo eirado no cimo, e com isso bem diriam não só a acertada exploração «turística» mas também o amor pátrio, cujos múltiplos deveres a que obriga se não satisfazem com lérias, mas sim com factos inexoravelmente evidentes.

¿Custaria dinheiro? Demandaria trabalhos e machadas? É certo. Mas pensem bem nos milhares de escudos que se gastam em precárias ousadias, e nas canseiras que exigem tantas e tantas infantilidades de certas comissões de «iniciativa e turismo», tam infantis que chegam a enternecer o espírito crítico mais cheio de razão e mau génio, e propenso ao disparo de um rude par de mercedos coices.

Que o coice também tem sua eficaz eloquência, como o prova, além de outros casos, aquêle da mula do Papa, por Alphonse Daudet transmitido nas impecáveis páginas das *Cartas do meu moínho*.

Desejo aos presentes administradores de Quarteira se livrem de tam desastroso coice, que a dita mula guardou sete anos, e o Juízo da posteridade costuma guardar por muitíssimos mais.



Lembro-me de que, não passava eu de palmo e meio de gente, ao iniciar-me nas curiosidades da corografia elementar, estranhei a abundância de cidades no Algarve, em relação ao que sucede nos restantes distritos do País. Penso que desta interrogação participava e participa a maioria dos «quartanistas» da escola primária.

É que os livrinhos didácticos não ensinam, em

sua indesmentível elementaridade — e até quantos e quantos professores o não sabem! — que a-par de Faro, sucessora das grandezas de Ossónoba, e de Silves, monumental centro económico, político e artístico de um importante distrito árabe, cidades, uma e outra, nas quais se mantiveram, além da tradição de importantes sedes administrativas, condições biogeográficas para continuarem a sê-lo; que, a par de Silves e Faro, Lagos e Tavira, de igual modo vigorosamente enraizadas na história pre-nacional, desempenharam primacial função na ousada primeira parte da Conquista e do Descobrimento.

Ali baloiçaram naviozinhos frágeis, cujas impávidas tripulações, ao mando do genial Henrique, dominaram os pavores do Mar Tenebroso, e ali alinharam fortes esquadras e destemidos exércitos, o último dos quais, em Lagos, a Deus encomendou a alma, antes de partir para essa tragédia máxima em que as pátrias veias estoiraram, na hipertensão de um febricitante sonho de grandezas.

Tam de-pressa se mudou para Lisboa essa épica azáfama náutica e guerreira, as duas ilustres cidades prontamente esmoreceram.

Lagos continuou a mirar-se nas encantadoras águas de sua colossal baía, eternamente vestida de suas glaucas sêdas, eternamente orgulhosa de suas finíssimas rendas de rochedos e de espumas. Tavira ensimesmou-se

Quem, nos dias de hoje, auscultar a grande cidade — « a mais principal do Reino do Algarve », como a qualificava João I —, quem poisar embevecido olhar no vistoso e extenso casario de que irrompe altiva multidão de campanários, poderá dizer que a gente de Tavira, qual « desempregado » ou « sem trabalho » de navegações difíceis e longínquas guerras, deixou de velar no eirado de suas defensivas tôrres e dispersou, silenciosa, pelos ubérrimos cam-

pos da Luz, Conceição e Livramento — três lindos nomes e três lindas gemas no vistoso diadema do burgo histórico.

É fraco sabedor da história, ou mal informado das grandezas pátrias, será aquêlê que, ao contemplar as morenas tôrres e muralhas de Tavira, não aplique ouvido àquela merencória e esmagadora quietude, no sentido de ouvir ecos do tropel de D. Paio, e não volva olhos aos telhados de Santa Maria do Castelo — além, naquela eminência onde dominou a mesquita sarracena —, na esperança de ver, como Afonso II de Castela, a etêrea cavalgada dos sete cavaleiros de Santiago.

Tavira... é Paio Peres Correia.

Embora andem em ócio de armas, entregues a suas pingues pescarias e ao amoroso trato do vergel riquíssimo, como poucos haverá em Portugal em primores hortículas e correlativos réditos, os descendentes dos Falcões, Vilhegas, Berredos e Olivas, Côrte-Reais e Mendozas, Contreiras, Pessanhas e Baiões, Monterroios, Barros e Godinhos, e tanta nobre lidalguia cujo rol é imenso, cuja esforçada acção, em Tânger, Ceuta, Mazagão, por todo o vasto Império, foi espanto de contemporâneos e vindouros, e estremada consideração de Reis, e ainda dos mais que famosos Francas, de lendária valentia... os gratíssimos continuadores de ilustríssimas famílias impedirão de-certo o crescente afogamento das preciosas ruínas, o progressivo derrube dessas belas tôrres e venerandos pedaços de proclamantes muralhas.

Tanto mais que não há necessidade absoluta de melhoria urbanizante a impor o sacrificio do que é formoso, evocador e completamente insubstituível... e mais apreciável ao «turista» — que por certo não estarrecherà gozoso ante o que no sítio dessas ruínas venham a pôr, provâvelmente inexpressivo e estúpido, nem sequer condizente com a tradicional e típica

arquitectura civil que sublinha de feliz inédito a cidade de Tavira — «a mais principal do Reino do Algarve», no sábio elogio de João I.

* * *

Agora, Loulé.

Tem história e não tem monumentos! Estadeia, na sua risonha Avenida Mealha, pujante impulso modernizador. Ostenta na fachada da sua «Domus Municipalis» comprida lista de mártires em holocausto pátrio.

Do que são os louletanos, e do que valem, disse anteriormente.

Falta-lhe em monumentos o que a ennobrece em estadistas e soldados.

Os terramotos foram-lhe particularmente impiedosos. O descaso indígena não lhe faria melhores obras.

A Matriz, o pórtico do Convento da Graça, alguns arcos de fundo alcance retrospectivo, nomes de ruas — cujo precioso simbolismo, em artigo publicado há quatro ou cinco anos, espantado jornalista local interrogava, lamentavelmente insciente, talvez desejoso de que os substituíssem pelo dos escoiceadores da bola e das canelas do próximo e pelo dos homens da bicicleta! — isto, sòmente, e as tórres e os bocados da muralha a tudo sobreviventes, é o que Loulé conserva, e é pouco, como alti-falante de sua remota e orgulhosa vivença.

Mas êsse pouco, por isso mesmo que é pouco, deve ser carinhosamente beneficiado e conservado.

A pessoas de tam enérgica iniciativa não seria difícil meritória obra, e todos poderíamos ver, muito breve, em cima da tórrer da Alcáçova, alfim liberta do opressivo encontrão de casarões palúrdios, vicejar a fronde do heráldico loureiro, aos quatro pontos cardiais mantendo o brado: — Aqui é a Loulé famosa!

Se me abalancara à tarefa de monografar acêrca dos castelos do Algarve, haveria começado estas despretenciosas considerações referindo o que pudesse dizer das muralhas de Faro. Mas o intento é outro, menos ambicioso e mais urgente o propósito. Para outra vez ficará êsse trabalho, que muito me seduz, que importa prolongado exame e activo bota abaixo do recheio das estantes. Isso demandará nova e mais demorada peregrinação aos castelos algarvios e larga devassa nas bibliotecas e arquivos.

Em estudos que actualmente preparo, trato de alguns, conforme elementos já reünidos e as minhas limitadas possibilidades. O presente comentário não passa de superficial arrazoado, desenfasiadamente lançado ao papel, com pressa, com a pressa que importa à suspensão imediata da evidente desestima e correlativo abandôno de tam preciosos monumentos, nesta hora mais ameaçados de mutilação e desaparecimento total irremediáveis.

É digo «agora mais ameaçados» porque, estando o Governô da Nação a distribuir avantajadas verbas a-fim-de serem utilizadas em obras que sirvam de padrão comemorativo do memorável instante que passa, não vá a celebração dos centenários da Fundação e da Restauração dar aso a que os vilipendiados restos dos castelos do Algarve se transformem em ruela mais ou menos alargada e cimentalmente estrangeirada, ou em brita de estrada municipal...

Da nossa falaz persistência, do nosso aleijado e farfalhudo enciclopedismo, da nossa contumaz ignorância do que portugüesmente devemos ser, da errada noção do verdadeiro nacionalismo, que desde muito nos subverte e apaga, da habitual dificuldade na escolha de conscienciosos e afinados dirigentes, da lamentável deserção de competências bem iluminadas e

autorizadas por sua inteligência e saber, e da feroz e inculta vaidade, tam frequente em condutores de «melhoramentos locais», a quem devemos tantas ideas idiotas, tanta lorpa ostentação, tantos burricais empenhos e infindáveis crimes de lesa-nacionalismo, tudo é de esperar, temerosamente.

Daí a minha pressa: Salvem os castelos algarvios!

* * *

Faro?! Pois há, em Faro, castelo, muralha ou coisa que o pareça?!

Adivinho a admiração que a afirmativa possivelmente cause a muitos farenses.

Quantos dos que aqui nasceram e aqui vivem ignorarão a existência das muralhas de Faro?

Outros conhecem, quando muito, o lanço fronteiro à Ria, e não poucos o confundirão com parede de antiga horta, rente à qual farto depósito de imundícies não mostra nem atestado de educação comum, nem presença de polícia efectiva, nem os alicientes convites, em delicados versos, com que os chins, conforme o vi magistralmente descrito por Blasco Ibañez, acodem ao transeunte em apêto de vis necessidades. Não; no sopé das muralhas de Faro não há vestígio da candura poética dos filhos do Céu...

Faro, cidade estravasada do seu primitivo recinto fortificado, desenvolvida ao sabor individual dos habitantes, veio a ser o labirinto de pequenas ruas e numerosísimos largos que aí vemos, como se a houvera dominado invencível repugnância das linhas rectas e das grandes extensões; — circunstância que dá pasto à falácia de muito crítico pateta, que, efectivamente, origina ao govêrno municipal grosso dispêndio, mas que redundam em surpresa agradável ao visitante de bom gôsto, porque tal circunstância é, afinal, a sua

principal e mais útil característica, debaixo dos pontos de vista etnográfico, artistico e conseqüentemente «turístico», porque é o seu tradicional, pessoal e lidimo aspecto *fareense*.

Só lhe falta, à cidade, uma coisa: fachada.

Faro não tem fachada.

Não a tem porque não tem querido e parece, infelizmente, não a querer ainda.

Em passados tempos, contra a lúcida visão do Comendador Ferreira Neto, consentiu que lhe cortassem a face com o caminho de ferro. O maldoso lâtego, de ferocíssima gana, golpeou-lha. Os farenses de então — ou seja, a massa que então predominava — queriam ver passar o comboio...

Os de hoje, salvo melhor parecer, vão pespegar na fachada da cidade nada menos que os mercados, a praça do peixe, a das couves e do resto, como se fôsse natural colocar a cozinha e o sâguão na frontaria das habitações!

Faro pode ter — e ainda tem! — uma fachada, uma face histórica e cenográfica, que desde a estação do caminho de ferro até além do Largo de S. Francisco aniquile a presente anomalia.

Fábricas, armazéns, mercados, despejadoiros vários, isso tudo, estômago e intestinos, vísceras imprescindíveis à vida citadina, tem razão de ser.

Mas a gente veste-se, a gente tapa-se; a gente, sem deixar de ser gente, valoriza seu admirável conjunto de amesquinhadoras contingências físicas e de inevitáveis grosserias da humana condição, cobrindo-o de adequadas vestes.

Nestas coisas de estética urbanística, repete-se, com desesperadora cadência, o acto de certa confraria do Pôrto, que mandou à degola uma peregrina imagem da Virgem, por Soares dos Reis divinalmente esculpida, de modo que um carpinteiro lhe pusesse outra cabeça «mais bonita».

No «embelezamento» das nossas vilas e cidades, sente-se constantemente a mão pesada do mestre de obras, da bronca concepção pedreiral.

A literatura jocosa dá-nos abundantes *similes*: o cabo que não consentia a conspurcação dos escaradores da caserna, ordenando ao recruta «escupisse» no boné... e mais não aponto nem conto, senão que um velho professor de rabeca, para não sujar a passadeira, me subia a escada, alargando as pernas a todo o comprimento dos degraus, carimbando-os com suas enormes e enlameadas botas.

Ora, a muralha de Faro conserva-se intacta. Não é a muralha do romano, nem a do moiro, nem a de qualquer época da reconquista cristã e domínio português, mas tem um pouco de tudo — o que não vem para aqui esclarecer ou demonstrar.

Baste saber-se que, até por efeito de reconstruções e adaptações ocorridas através dos séculos, é curioso mostruário da arquitectura militar de épocas diversas, abrangendo-as a quasi tôdas.

A muralha de Faro, tem, actualmente, apenas duas interrupções mais sérias: uma no local onde edificaram a Fábrica da Cerveja, outra no ponto em que se afogou nas vastas edificações do Governo Civil.

Ali, foi completamente arrasada, até os alicerces; aqui pode ser reconhecida na série de passadiços que servem interiormente diversas repartições públicas.

De mais grave mutilação a salvou, sem dúvida, o superior critério de D. Francisco Gomes, ao mandar construir o «Arco da Vila a dentro».

Outro que não fôsse o Prelado egrégio, mais certo seria o desaparecimento desse trço da muralha fareense. O ilustre antislite, que em tôdas as suas operosas iniciativas soube de modo eminente aliar ao fim utilitário a expressão artística, dotou Faro com o elegante monumento que é o Arco da Vila, deter-

minando que por trás dele se ficasse vendo a muralha, tam graciosamente sobrepujada por uma capelinha e por uma ramada tam belamente architectada que mais freqüente é toparem-se visitantes, nacionais e estrangeiros, espêcados na ingreme Rua do Municipio, em gozosa especção ou disparando máquinas fotogrâficas, que no lado oposto, ou seja diante da traça jônica a que preside a venerável figura de S. Tomaz de Aquino.

E tal maneira e cautela houve nessa avultada obra que ficou intacto o arco árabe — raridade arqueológica não só de Faro mas de todo o País!

Está ali uma página onde deveria aprender uma infinidade de promotores de «melhoramentos» . . .

Oxalá desse melhor proveito a lição do famoso Bispo!

Que vemos fazer nos dias de hoje? Da banda do infecto mercado do peixe, aferram-lhe à ilhargá, a ferro e cimento, uma repartição do fisco marítimo, a qual veio substituir indecorosa sentina pública; frente ao Largo de São Francisco, em vez de, progressivamente, irem demolindo miseráveis casas de pouca valia, deixam edificar armazéns e garagens, novos e desastrados prédios cuja triste figura atinge o máximo da perpretação caricata, quer em relação ao respeito e estima devidos à muralha, quer à prudente reserva que devia guardar-se quanto ao futuro arranjo do amplo e bem situado Largo de São Francisco, nas duas habitações ali recentemente construídas — dois jazigos de família onde seria grande sorte sepultarem-se, de sociedade com os iconoclastas de várias espécies, os «estetas» de tal feitio!

E que dizer daquele supremo insulto, daquela gritante vergonha para o brio dos farenses, àsperamente criticado por quantos visitam Faro e deparam com semelhante sacrilégio! — de consentirem na Porta de Afonso III, no Arco do Repouso, no valiosíssimo

e raro espécimen da defesa militar árabe, a construção de uma casa, uma simples moradia particular assente na face do respeitável brasão da cidade!

Estes senões, porém, são ainda remediáveis. A pouco e pouco, com um «basta!» imediato e mercê de paulatina expropriação de coisas baratas, com a supressão de entulhos e transferência dos «bairros da lata» que aos lados e por cima da muralha miseravelmente se aninham, a breve prazo vê-la-íamos desafrontada, e transformado o bem conservado adarve em comprido miradoiro, em primoroso e «único» passeio de que o «turista» levaria imarcescível recordação.

A cidade tem muito por onde se estender, sem precisão de se aglomerar ali, em cúmulo de conveniências terciárias, lixeiras e misérias.

Em cima, teríamos um felicíssimo parapeito, com soberbas vistas para a Ria e para diferentes pontos da cidade, fâcilmente adornado de cactos, malvas e gerânios—ornamentação florida que bem podia estender-se às cimalhas e sacadas de tōda a capital do Algarve!—; em baixo, na parte em que é possível dar-lhe êsse delicado rodeio, a faixa ajardinada que lhe ficaria a matar.

Quam valiosa não surgiria, assim, a cêrca amuralhada! quam curiosa e poderosamente acrescida em valor «turístico» a cidade de Faro, com seu núcleo inicial compreendendo a Sé e o antigo Paço Episcopal, se lográssemos ver cumprido o almejado benefício!

E' isso impossível? Não!

Com fino e boa vontade, tudo se conseguiria.

Faro tem, merece e precisa dessa fachada histórica, artística e de incomparável valorização «turística».

• • •

Divaguei à farta. Excursionei bastante, através da Província e da acção dos homens. Dou por terminada a conversa.

Regresso ao ponto de partida, perguntando a mim mesmo se não estive somente a encadear palavras, se não perdi tempo e feitio. Uma compensação alcancei, pelo menos: levantei meu desconsolado protesto, não sem acalentar esperanças, com fé, com imensa fé, em que os castelos algarvios hão-de merecer respeito e cuidados, a artistas, aos governantes, aos administradores locais, aos organizadores do «turismo», a algarvios, a portugueses; — os castelos do Algarve hão-de vir a ter devotados amigos!

É não só aquêles a que mais de espaço me referi, mas outros, ainda outros.

A fortaleza do Belixe, por exemplo, é, nesta ampla, ainda que maltratada, colecção de eloqüentes fábricas defensivas, monumento de primeira ordem.

Um passeio a Sagres, digno da hora presente, compatível com os aprêgoados propósitos patrióticos e excursionísticos, na categoria de romagem nacionalista, tem de deixar de ser apressada corrida à Ponta do Infante, com a suplementar saltada ao farol do Cabo de S. Vicente . . . perplexidade infantil perante vulgares molores, espanto patego em honra ao sôpro da sereia de aviso, gritos de madamas em transe de vertigem nas escadinhas da tôrre, pernas femininas espreitadas à sucapa e abalisados cálculos mensurais a propósito do tamanho da lanterna . . .

A's vezes, os menos apressados vão dar olhadela rápida à Praia da Balieira, para que os deglutidos perseves se despeçam da proximidade marinha. Ora, Sagres, além e acima do conveniente bom acolhimento no tocante a finas prendas comestíveis, é sacrossanto ambiente da reflexão patriótica, tam fundamente percursor da fibra nacionalista como a Batalha e os Jerónimos.

Ainda mais! Jerónimos e Batalha são obras das mãos do homem, mãos postas em atitude orante, movendo macetas e cinzéis, na faina registadora de

vitórias sublimes e em agradecimento à ajuda com que a Providência as selou; Sagres é a abismal falésia de onde se descortina forte e majestoso curso por Deus imposto a povo predestinado a maravilhosa e universal função na superfície da terra.

Na Batalha e nos Jerónimos curva-se, reverente e orgulhoso, o coração português; em Sagres, ajoelha, deslumbrado, o pensamento do mundo atlântico e mediterrânico, a caminho do Índico e do Pacífico.

Tudo quanto aí possam erguer de comemorativo, como obra humana, jamais excederá a grandiosidade ambiente, mas isso não obsta à adaptação da fortaleza do Belixe, de modo que o excursionista, sobretudo o romeiro do amor da Pátria, no velho castelo encontre propícia e obrigada paragem, imensamente mais expressiva e a todos os respeitos nobilitante que os motores, os roncões da máquina compressora e a benemerente ciência óptica de Fresnel que se lhes mostra no farol do Cabo de S. Vicente.

Estou certo de que tal adaptação em nada se amesquinhasse, diante do monumento ao «Generoso Henrique», mais cedo ou mais tarde ali erecto.

Alvor possui, também, alguns restos aproveitáveis, e muito bem nêles assentaria pedra votiva ao Grande Rei, a João II, ao Homem que ali findou seus trabalhosos dias.

Lagos conserva bocados de muralha que em cada bloco haveriam de mostrar inscrites palavras de sua ininterrupta e brilhantíssima tradição militar.

Não obstante sua moderna feitura, são merecedores de conservação os fortes de Tavira, Quarteira (êste mostrando no cunhal de noroeste o seguinte bilhete de visita: IOANES TERCIVS — 1552), e outros.

Quem governa, quem administra, quem vigia, quem manda nos castelos algarvios?

A Direcção dos Monumentos Nacionais? o Mi-

nistério da Guerra? as comissões de «turismo»? os corpos administrativos da Província?

Todos governarão um pouco, mas quem mais manda e tem mandado, ao que parece, é a inconsciência dos incultos, é o desmazêlo, a indiferença dos letrados.

No Alto-Minho, para citar unicamente o que melhor conheço, vi as sólidas cantarias dos fortes costeiros sub-repliciamente trasladadas às vivendas dos aldeões, não escapando à rapina os enormes, monumentais e artisticamente lavrados brasões nacionais; do belo castelo de Cerveira saíram incontáveis silhares, até para obras do município; no venerando castelo de Melgaço, ainda há pouco dotado com uma verba para conservação, partiram, há dez ou doze anos, os milenares degraus de acesso ao adarve, e aproveitaram-lhes a pedra na edificação de um pobre casarolo que dá pelo nome de quartel da guarda-fiscal.

Cá no Algarve, pelo que tenho visto, à-parte o que mencionei a-propósito do castelo de Silves, vi o o forte de Quarteira, em 1937, esburacado com «novas» janelas, e a antiqüíssima tórre, esventrada, em abominável saque, para benefício das casotas que actualmente a torturam, e nos envergonham.

Haverá meio de evitar, eficazmente, o prosseguimento desta situação de baldio a que estão sujeitos os castelos do Algarve?

Continuará aquilo obrigado à condição de «terra de ninguém», de pedreira aberta à rapacidade de tôda a gente? ou passará definitivamente ao domínio da História Nacional?

São ou não são os castelos algarvios — altivos figurantes no Escudo Nacional — monumentos preciosos do nosso heróico passado? Valem ou não valem, debaixo do aspecto «turístico»?

Se as respostas a estas perguntas que a mim me

dispenso de fazer corroborarem a ideia animadora do longo arrazoado aqui findo, na comemoração dos centenários da Fundação e da Restauração Nacionais não ficarão esquecidos os castelos algarvios, antes os veremos protegidos, prestigiados e venerados, estimados e aproveitados, estabelecida a certeza de que o turismo não é exploração insensata de inferioridades e embustes, de que o nacionalismo não é ribombante prurido de retórica, barulhada em lata vazia, ôca e vã.

* * *

Escrito o que aí fica, daria por concluso o meu trabalho, se não julgasse necessário dizer mais alguma coisa das minhas intenções.

Há, de facto, quem não saiba escrevinhar senão de encomenda. Quanto a mim, na obscura passagem pela redacção efectiva ou accidental de vários jornais, salientei-me sempre no péssimo jeito para a prosa encomendada. Peçam-me artigo necrológico, notícia de bailarico ruído, de casamento de luxo, de esperançoso menino que ficou distinto no exame de instrução primária ou nas primárias complicações da vida que se lhe somam e seguem, e a coluna da gazeta ficará em branco, se ali não vier dar outra coisa, ainda que mais não seja um anúncio de pílulas estomacais ou de ingredientes para tapar a vergonha da cara.

Forçado a tom cominatório, no decurso das minhas resumidas considerações, sobretudo em alguns excursos cometidos neste rápido deslizar de pena, darei, por acaso, ensejo a que me vejam aqui por alguém substabelecido, no papel de encarapuçador.

A verdade, pura verdade, é esta: ninguém me falou, ninguém me aconselhou ou insinuou; andei sempre sôzinho, com o que vi e o que senti.

Mas, preocupação mais elevada me obriga a êste

aditamento. Falei da acção nefasta dos homens, da maioria dos dirigentes e dos dirigidos, apontei crimes de lesa-arte e de lesa-nacionalismo, que estão na massa do sangue de portugueses de qualquer condição, mas não pretendi individualizar, nem quis dizer que tal pecha é de hoje, e unicamente de portugueses.

O que disse acêrca do abandôno, deturpação ou arrasamento dos castelos do Algarve, e de alguns do Alto-Minho, a que de passo aludi, pode estender-se aos mosteiros, conventos, igrejas e capelas, e outros monumentos de interêsse histórico e artístico, e bem assim a monumentos arqueológicos, ainda que não tenham, muitos deles, senão valor científico.

Os templos não sofreram menos que os castelos. Nestes, há quem não veja arte.

Desde que nêles se não veja arte, nem fixador do alicerce histórico, nem estímulo da consciência nacional, outra coisa nêles se não pode ver senão antipáticos trambolhos que o «reles» passado lançou na triunfal carreira das «avenidecas» e de mais grandes «obras modernas», para as quais, aliás, à fôrça, vão contribuindo com o proveito humilde de suas benemerentes pedras.

Mosteiros e conventos, na maioria, passaram a quartéis e repartições públicas, em 1834, se nas áreas urbanas, e a opíparas quintas ou hortas particulares, se existentes no campo ou na serra. Em 1910, já não havia conventos, mas ainda restavam igrejas para se converterem em armazéns e cavalariças.

No entanto — e vejam como o sentimento da arte, como alto expoente que é de verdadeira civilização, se pode opor vitoriosamente à rapina dos utilitários e às sujas conveniências da baixa política! — salvaram-se muitos, porque sua eloquência artística se impôs a profanadores.

O pior estava feito no período de setecentos, e maiormente no de oitocentos — o alcunhado «estú-

pido século XIX —, quando o homem, alucinado em seu mal orientado êxito de laboratório, descobriu o gesso e a escaiola, o pau e o cartão doirados, para fingir a pedra, o mármore, a prata e o ouro, e deixou esmagar o espírito pela máquina.

Agora, veio o cimento...

Abandona-se a matéria nobre; desbancou-a a massa, a pasta, o lodo endurecido — um lodaçal cientificamente organizado!

Hoje, como no andar dos dois últimos séculos, ainda se não pensa em construir, em adicionar, mas sim em transformar, em substituir, em «modernizar»!

Os factos vão, como sempre, dando a triste e inexorável prova dos resultados dessa... modernização do espírito.

Ontem, o barôco, hoje, o caixotismo americano!

Como deixei dito, a falta de cuidados com o que é histórico ou artístico não é de hoje, nem atitude exclusiva de portugueses. Na distinta França também se fizeram das boas, e não só aldeões ignaros e incultos rapinantes mas também artistas presumidos, e frades e padres bem letrados e tam ciosos de suas comodidades ou tam cultores da «arte nova» que Vítor Hugo não hesitou em dizer que o pior inimigo da catedral era o padre.

Baste que se aponte, em Portugal, o sucedido no pórtico principal dos Jerónimos e nas Sés de Lisboa, Pôrto e Braga.

Nisso de-certo pensava o P.^e Manuel de Aguiar Barreiros, ao compor, em 1917, os seus excelentes *Elementos de Archeologia e Belas Artes*:

A deploravel e quasi criminosa indifferença por esta ordem de estudos, que tem levado ao mais cruel abandono, mutilação e ruina veneraveis e suggestivos monumentos, que culposamente se teima em desprezar; a grandissima conveniencia que, especialmente para o clero, resulta do conhecimento da Archeologia, Symbologia e Iconographia, que mais directamente dizem respeito ao seu sagrado ministerio; o amor á

Arte cujas manifestações é preciso encaminhar no sentido verdadeiramente christão, jamais n'uma epocha, como a nossa, em que se vae fazendo justiça aos estilos da Edade Media...

E, com êle, seu prefaciador, M. Capela:

Se pois é verdade, para o saber consciencioso da Historia antiga temos de acceitar os dados da Archeologia, para os da Historia ecclesiastica da mesma epocha não serão sem valor os da Archeologia christã. E não é este o seu unico prestimo, nem por ventura o melhor; se não que, iniciando a mocidade escolar dos seminarios na apreciação da arte christã volve-se um elemento educativo creando amor aos monumentos, e por elles ao ideal christão dos tempos heroicos. E' o nervo da tradição, vigor insubstituivel da vida da familia, e a Egreja é uma familia: Como consequencia pratica, o zelo esclarecido na conservação ou restauração da architectura e objectos de arte das suas egrejas, obviando assim a novos vandalismos de que já temos que farte, para nossa vergonha.

Ao que o relator da censura eclesiastica, P.^o Agostinho de Jesus e Sousa, acrescentou:

— É a ninguem mais do que ao clero devem interessar estudos, já por serem christãos a maior parte dos nossos monumentos archeologicos e artisticos, já por haver em quasi todas as igrejas alguma coisa digna de ser attentamente estudada e religiosamente conservada, já por estar o clero em condições especiaes para se dedicar com mais empenho ao estudo da antiguidade.

Que de obras primas sob o ponto de vista artistico e archeologico não foram barbaramente destruidas ou mutiladas por todo esse país fóra! Foi esse um dos effeitos da ignorancia do valor que para a historia d'um povo têm os monumentos antigos e as obras d'arte.

E o Exc.^{mo} Arcebispo Primaz:

— E' um trabalho de grande alcance que contribuirá effizantemente para que entre nós se desenvolva o gosto e conhecimento da Archeologia, sendo muito para desejar que venha a ser adoptado nos nossos seminarios afim de que os seus alumnos, que mais tarde serão parochos, saibam dar o valor e apreço a tantas egrejas e capellas e ás obras d'arte que dentro de muitas se encontram, verdadeiras joias do nosso Thesouro artistico, e concorram quanto possam para a sua restauração e conservação.

A respeito da França, Bélgica, Espanha e Suíça, vejam-se os indignados protestos de Vitor Hugo, nas suas cartas e notas da viagem:

O conselho municipal de Draguignan merecia ser o conselho municipal de Paris. Em matéria de arte e de história é inepto. Aproveita o seu afastamento e a sua obscuridade para demolir as velhas muralhas da cidade, única coisa ilustre e monumental que Draguignan teve! (4-10-1839).

— Nada mais maçador que estas pequenas Paris falhadas, que se encontram agora nas provincias, em França e fora da França. Espera-se uma velha cidade, com suas tórres góticas ou românicas e encontra-se uma falsa rua de Rívoli, uma falsa Madalena, que se assemelha à fachada do Teatro Bobino, uma falsa coluna de Vandoma, que dá o ar de uma coluna-cartaz. O provinciano pretende fazer admirar isto ao parisiense; o parisiense encolhe os ombros e o provinciano zanga-se. (Aix-les-Bains, 24-11-1839).

— A gente de Bruges vai a caminho de estragar a sua torre, que é um obelisco de tejo, do século XIV, por consequência, do maior estilo.

Cortaram-lhe já a ponta e substituíram-na por um telhado redondo, horrível, chato e estúpido. Supõe um papa a quem tivessem tirado a tiara para lhe pôrem um boné. (Furnes, 31-8-1839).

— Visitei pormenorizadamente e com cuidado o castelo, a igreja, a abadia e os claustros.

E' uma devastação turca. Supõe uma prisão, não sei qué de disforme e de fétido, que se chama prisão, instalada neste magnífico invólucro do padre e do cavaleiro do sec. XIV. Uma crápula em um relicário! Quando se compreenderá em França a santidade dos monumentos? (Coutances, 28-6-1836).

— Ai! A «arte nova» penetrou até em Espanha, e esta proesa é digna dela! Tem desfigurado mais velhas cidades que todos os círcos e todos os incêndios! Preferiria uma chuva de bombas num monumento a um architecto da «boa escola». Por piedade! bombardeai os velhos edificios mas não os «restaureis»! A bomba só é bruta; os pedreiros clássicos são estúpidos. (Pamplona, 12-8-1843).

E mais esta, que eu não posso lembrar sem ver passar diante dos olhos as criminosas destruições da necrópole de Alcalar, na Mexilhoeira Grande, e nos banhos de Milreu, em Estoi:

Os marcos de Karnac fazem grande efeito. São inúmeros e alinhados em longas alas. O monumento completo, com

as suas antas, que estão destruídas, cobria uma superfície de mais de duas léguas. Agora, não se vê mais que ruína. Era uma coisa única, que se foi. País estúpido! povo estúpido! govêrno estúpido! (Vannes, 12-8-1834).

* * *

Não há, pois, ataque directo a quem quer que seja, mas tam sômente o desejo de que tôda a gente medite no que, neste assunto, mais convém fazer, em face da próxima comemoração dos centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade, e sua natural conseqüência no ressurgimento e avigoramento da consciência nacionalista.

O govêrno restaurador, iniciado em 28 de Maio de 1926, imenso tem feito na salvação dos nossos mosteiros e igrejas; notório é o empenho do actual Presidente do Conselho, por muitos monumentos nacionais, parecendo-me, até, saliente seu especial carinho dispensado ao Mosteiro da Batalha e aos castelos de Lisboa e de Almourol; com evidente generosidade, pelo Ministério das Obras Públicas, se destinaram, ainda há pouco, importantes subsídios, a-fim-de se restaurarem convenientemente diversos castelos ainda existentes no País.

A que viriam, pois, recriminações de encomenda, ou deliberado talhe de carapuças?

Magnífico fôra verificar-se nos vários sectores da sociedade portuguesa, e em especial nas camadas de onde saem os componentes das câmaras municipais e das comissões de 'turismo', a deliberação de sério estudo, de eficaz preparação, a que se votou o clero, por esclarecida iniciativa do bracarense.

E ainda neste particular não há senão uma coisa a fazer — seguir o exemplo de Salazar.